

Nome do Candidato

Número de Inscrição

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

**INSTRUÇÕES GERAIS**

- I. Nessa prova, você encontrará 22 (vinte e duas) páginas numeradas sequencialmente, contendo 100 (cem) questões correspondentes às seguintes disciplinas: Português (15 questões), Legislação Municipal (15 questões), Direito Administrativo (15 questões), Direito Ambiental (20 questões), Direito Penal e Processual Penal (10 questões), Direito Constitucional (10 questões), Direito Tributário (05 questões) e Direito Civil e Processual Civil (10 questões).
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- IV. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- V. Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- VI. O candidato poderá entregar a folha de respostas e o caderno de questões para retirar-se da sala somente após decorridas 02 (duas) horas do início da prova.
- VII. Ao terminar a prova, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, a sua folha de respostas e o caderno de questões. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- VIII. As questões da Prova Objetiva serão disponibilizadas para consulta no endereço eletrônico [www.ibfc.org.br](http://www.ibfc.org.br).
- IX. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- X. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- XI. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- XII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

**Boa Prova!**

**GABARITO DO CANDIDATO**  
**(RASCUNHO)**

**MATA DE SANTA GENEBRA - FUNDAÇÃO JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA**

**IBFC\_08 - PROCURADOR**

Nome:  Inscrição:

Português															Legislação Municipal																					
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30							
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>							
Direito Administrativo															Direito Ambiental																					
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65		
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			
Direito Penal e Processual Penal										Direito Constitucional					Direito Tributário					Direito Civil e Processual Civil																
66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100		
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

# RASCUNHO

---

Para as questões de 1 a 6, leia o texto abaixo, de Contardo Calligaris.

## Fundamentos da moral

**Você quer uma moral laica, inspirada pela razão? Pois bem, seus fundamentos serão frágeis (e engraçados).**

Num belo dia de 1760 ou por aí, Denis Diderot recebe a notícia de que Jean-Jacques Rousseau desistiu de escrever o verbete “Moral” da grande Enciclopédia, da qual Diderot é um dos editores-chefes. A impressão do décimo volume da obra está parada na espera do texto. A solução é Diderot escrevê-lo, na hora, ao longo de uma tarde durante a qual várias circunstâncias colocam à prova, justamente, a moralidade do filósofo.

Essa é a situação apresentada na peça “O Libertino”, de Eric-Emmanuel Schmitt, em cartaz até 27 de novembro no teatro Cultura Artística Itaim, em São Paulo. A peça foi adaptada e é dirigida por Jô Soares, com o brio alegre de uma farsa de Feydeau ou de uma comédia de Goldoni, e com um elenco particularmente feliz (a começar por Cassio Scapin, que é Diderot). Um provérbio latim diz que, rindo, a comédia critica os costumes. “O Libertino” nos leva não só a criticar nossos costumes, mas a examinar os frágeis fundamentos de nossas normas morais. Vamos com calma.

O evento apresentado na peça é uma ficção. O verbete “Moral”, como quase um terço da Enciclopédia de Diderot e D’Alembert, foi escrito pelo cavalheiro Jaucourt, que redigiu sozinho mais de 17.000 verbetes, até merecer o apelido de “escravo da Enciclopédia”. O cavalheiro era culto e sem brilho: o verbete “Moral” é um texto chato, com uma ou outra afirmação ousada - por exemplo, Jaucourt escreve que a moral é um investimento mais seguro do que a fé, porque um ateu virtuoso pode se salvar, enquanto não há salvação para um crente vicioso. Mas o que é virtuoso e o que é vicioso?

É fácil responder, se acreditarmos numa revelação divina. Mais complicado é fundar uma moral laica, inspirada pela razão. Jaucourt sugere apostar no número, notando que os povos civilizados concordam quanto aos pontos essenciais da moral, ao passo que podem discordar totalmente em matéria de fé religiosa. Talvez o aprimoramento mais recente do argumento de Jaucourt seja o de John Rawls. Em “Justiça como Equidade” (Martins Ed.), Rawls propõe que a gente aceite como normas sociais morais aquelas que aprovaríamos por unanimidade, caso todos nos esquecêssemos completamente de nossa etnia, de nosso status, de nosso gênero e de nossa concepção do bem. Essa amnésia fundaria nossa moral, pois, graças a ela, seriam aprovadas só as normas que servissem ao bem de todos. Laborioso, hein? Seja como for, as sugestões de Jaucourt e de Rawls valem sobretudo para a moral pública. Mas como se fundamenta a moral privada, que nos orienta na escolha do bem e do mal no dia a dia? Essa é a questão com a qual “O Libertino” nos faz rir e pensar. Na peça, Diderot está hospedado na casa do barão d’Holbach, por cuja filha (ótima Luiza Lemmert) ele é seriamente tentado. D’Holbach era ele mesmo um contribuidor da Enciclopédia.

No seu “Sistema da Natureza”, o barão avançava a ideia de que a virtude moral deveria estar ao serviço de nossa felicidade. Na peça, Diderot, escrevendo seu verbete, tenta adotar esse argumento, que d’Holbach desenvolvera até ao paradoxo: se um homem for feliz no vício (e não na virtude), de repente, o vício seria legitimamente sua moral. Problema.

O barão d’Holbach era ateu e materialista. Questão: se o homem é uma máquina sem alma, ele não tem liberdade de escolha, e, se ele não é livre, a própria ideia de moral perde seu sentido. Mais um problema.

Enfim, se você puder, assista à peça e se divirta. Se não puder, divirta-se imaginando como você escreveria o verbete “Moral” de sua enciclopédia pessoal - e lembre-se: você não tem o conforto de acreditar numa revelação divina e nem está convencido de que saibamos resistir livremente a nossos impulsos e desejos.

Lembre-se também de escrever seu verbete numa tarde em que, como Diderot, 1) você é tentado pelo adultério, embora ame sua mulher, 2) você gostaria de seduzir a filha de um amigo, a qual tem a idade de sua filha, 3) você professa opiniões “avançadas”, mas não quer que elas valham no caso de sua filha, 4) você é seduzido pelo charme de uma criminosa, a ponto de se perguntar se, no fundo, os valores estéticos não deveriam ser mais importantes que os valores morais (não se escandalize: há românticos e modernos para pensar exatamente isso).

Mais uma coisa: se você for mulher ou tiver preferências diferentes das de Diderot, apenas mude o gênero no parágrafo acima.

Em tempo: curioso, fui ver no Aulete a definição de moral. É tão vaga quanto a Grande Enciclopédia francesa. Talvez esteja aqui o fulcro dos desmandos morais que abalam este “Grande Portugal” ao Sul do Equador.

1. Fil. Conjunto de regras de conduta, inerente ao espírito humano, aplicáveis de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, ou a grupo ou pessoa determinada, proveniente dos estudos filosóficos sobre a moral.
2. Conjunto de regras e princípios de decência que orientam a conduta dos indivíduos de um grupo social ou sociedade (moral burguesa, moral cristã); MORALIDADE [ antôn.: Antôn.: imoralidade. ]

### 1) Considere as afirmações que seguem.

- I. De acordo com o texto, só as pessoas religiosas têm noção do que deve ser considerado moral.
- II. De acordo com o texto, a racionalidade científica da sociedade atual permitiu que os conceitos de moral se tornassem mais sólidos.
- III. De acordo com o texto, a religião torna mais fácil a resposta sobre o que virtuoso e o que é vicioso.

**Está correto o que se afirma somente em**

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III
- e) II e III

**2) Considere as afirmações que seguem.**

- I. De acordo com o texto, as pessoas moralistas são falsas, pois praticam atos condenáveis pelo consenso.
- II. O adjetivo “laica” significa “não atrelada à religião”.
- III. A expressão “Grande Portugal” refere-se ao Brasil.

**Está correto o que se afirma somente em**

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III
- e) II e III

**3) Considere as afirmações que seguem.**

- I. De acordo com o texto, os iluministas eram imorais.
- II. O autor considera que, para o ser humano, sempre haverá uma situação em que será obrigado a repensar os valores morais.
- III. A definição do dicionário, apresentada pelo autor, coloca a moral como algo atemporal.

**Está correto o que se afirma somente em**

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e III
- e) II e III

**4) Considere o período abaixo e as afirmações que seguem.**

*A peça foi adaptada e é dirigida por Jô Soares.*

- I. As duas orações encontram-se na voz passiva analítica.
- II. O período é composto por subordinação.
- III. A conjunção que une as duas orações estabelece relação de adversidade.

**Está correto o que se afirma somente em**

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

**5) Ainda em relação ao período da questão anterior, assinale a alternativa em que a primeira oração seria adequadamente convertida na voz passiva sintética.**

- a) Jô Soares adaptou a peça.
- b) Adaptaram a peça.
- c) Adaptou-se a peça.
- d) Adaptou a peça.
- e) Adaptaram-se a peça.

**6) Considere o período abaixo e as afirmações que seguem.**

Mais uma coisa: se você for mulher ou tiver preferências diferentes das de Diderot, apenas mude o gênero no parágrafo acima.

- I. A conjunção “se” estabelece uma relação de concessão no período.
- II. O verbo “mudar” está no presente do indicativo.
- III. O substantivo “preferências” refere-se à opção sexual do leitor.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- a) I e II
- b) II e III
- c) I e III
- d) I
- e) III

**7) Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.**

Sempre \_\_\_\_\_ os defensores da moral.

- a) não de existir
- b) há de existir
- c) há de existirem
- d) não de existirem
- e) haverá de existir

**8) Considere o período abaixo e as afirmações que seguem.**

É proibido a venda de bebida alcoólica à menores de 18 anos.

- I. Há um erro de concordância nominal, pois o correto deveria ser “proibida”.
- II. O uso do acento indicativo de crase está incorreto.
- III. O sujeito da oração é oculto.

**Está correto o que se afirma somente em**

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

**9) Considere as orações que seguem.**

- I. Lembrei o conceito.
- II. Lembrei-me do conceito.
- III. Lembrou-me o conceito.

**A regência está correta em**

- a) todas
- b) somente I e II
- c) somente I
- d) somente II
- e) somente II e III

**10) Assinale a alternativa em que o termo destacado está corretamente substituído pelo pronome.**

Ele disse que trará o livro à colega.

- a) Ele disse que a trará o livro.
- b) Ele disse que lhe trará o livro.
- c) Ele disse que trar-lhe-á o livro.
- d) Ele disse que trazer-lhe-á o livro.
- e) Ele disse que trará –lhe o livro.

**11) Considere o período e as afirmações abaixo.**

Podem haver recursos contra a medida aprovada pelo Congresso, cujo o texto causou bastantes discussões.

- I. Há um erro de concordância verbal, pois o correto seria “pode haver”.
- II. O uso do pronome relativo em “cujo o texto” está correto.
- III. O plural em “bastantes” está incorreto.

**Está correto o que se afirma somente em**

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

**12) Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas.**

O diretor luta contra a doença \_\_\_\_\_ dois anos e daqui \_\_\_\_\_ três meses irá fazer uma cirurgia.

- a) há – a
- b) há – há
- c) há – à
- d) a – a
- e) a- à

**13) Considere as orações abaixo.**

- I. Tratam-se de casos polêmicos.
- II. Resolveu-se rapidamente os conflitos.
- III. Necessita-se de faxineiros.

**A concordância está correta somente em**

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

**14) Considere o período e as afirmações abaixo.**

Os criminosos que foram capturados serão julgados logo.

- I. Se a oração adjetiva fosse colocada entre vírgulas, não haveria alteração de sentido.
- II. A oração principal encontra-se na voz passiva.
- III. A oração adjetiva encontra-se na voz ativa.

**Está correto o que se afirma somente em**

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) II e III

**15) Considere o período e as afirmações abaixo.**

O seu medo de avião implicou o cancelamento da viagem.

- I. Há um erro de regência verbal.
- II. O termo “de avião” exerce a função de complemento nominal.
- III. Há um erro ortográfico na palavra “viagem”.

**Está correto o que se afirma apenas em**

- a) I
- b) II
- c) III
- d) I e II
- e) I e III

- 16) Conforme dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Campinas, compete ao Prefeito dar posse:**
- a) aos Diretores de Departamento e aos funcionários de seu gabinete.
  - b) aos servidores subordinados diretamente aos Diretores de Departamento.
  - c) aos servidores do Tribunal de Contas do Município.
  - d) ao Procurador-Geral do Estado.
  - e) ao Secretário Geral da mesa da Câmara Municipal.
- 17) O Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Campinas prevê que o exercício do cargo deverá ter início:**
- a) cinco dias contados da publicação da nomeação para o cargo.
  - b) quinze dias, improrrogáveis, contados da data da posse, em todos os casos.
  - c) dez dias contados da posse ou da data da publicação oficial do ato, em qualquer outro caso.
  - d) trinta dias, como regra, contados da data da publicação do ato de nomeação.
  - e) dez dias, improrrogáveis, contados da data da publicação oficial do ato.
- 18) O Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Campinas define *reintegração* como sendo:**
- a) o ingresso no cargo público, decorrente da aprovação em concurso, de servidor que ocupava outro cargo na Administração.
  - b) o retorno do servidor ao cargo originário após ter sido considerado inapto a permanecer no cargo para o qual foi promovido.
  - c) o reingresso no serviço público, decorrente de decisão administrativa ou judiciária, com ressarcimento das vantagens atinentes ao cargo.
  - d) o ingresso do servidor público em cargo em comissão, após ter sido aprovado em concurso público de ampla concorrência.
  - e) o reingresso no serviço público, decorrente exclusivamente de decisão administrativa, sem ressarcimento das vantagens atinentes ao cargo.
- 19) Conforme dispõe o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Campinas, ocorrerá *vacância do cargo* nas seguintes hipóteses, exceto:**
- a) Posse em outro cargo.
  - b) Disponibilidade.
  - c) Aposentadoria.
  - d) Readaptação.
  - e) Exoneração.
- 20) O período correspondente aos seguintes afastamentos do servidor público do Município de Campinas será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos, exceto:**
- a) Afastamento em virtude de candidatura a cargo eletivo.
  - b) Desempenho de função legislativa federal, estadual ou municipal.
  - c) Exercício em outro cargo municipal de provimento em comissão.
  - d) Licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares.
  - e) Licença a funcionário acidentado em serviço.
- 21) Os Eixos Verdes, disciplinados pelo Plano Diretor do Município de Campinas (Lei Complementar Municipal nº 15/2006), serão constituídos das seguintes áreas, exceto:**
- a) Parques Públicos Temáticos.
  - b) Faixa litorânea composta por mata atlântica.
  - c) Parques Lineares.
  - d) Polígono de Multiplicidade Ambiental.
  - e) Corredores Ambientais Estratégicos.

**22) O Plano Diretor do Município de Campinas (Lei Complementar Municipal nº 15/2006) prevê como objetivos da Política de Desenvolvimento Rural Integrado e Sustentável, exceto:**

- a) evitar o desenvolvimento econômico das atividades multifuncionais da área rural, a fim de garantir a preservação do ecossistema local.
- b) preservar o território rural, seus recursos naturais e o patrimônio histórico, arquitetônico e cultural.
- c) propiciar maior qualidade de vida à população rural, especialmente em relação à educação, segurança, conforto dos domicílios e à sua inserção nas dinâmicas sociais e econômicas.
- d) incrementar a integração e a complementaridade entre as atividades realizadas nas áreas urbana e rural.
- e) elevar a competitividade das pequenas e médias propriedades rurais nos mercados nacional e internacional, desenvolvendo a capacidade de gerenciamento da produção e o uso de tecnologias adequadas.

**23) Conforme dispõe a Lei Municipal nº 9.199/1996, que Institui o Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo, são Diretrizes Gerais Ambientais, exceto:**

- a) associar a preservação do patrimônio natural, notadamente na área urbana, à implantação de um sistema de parques e áreas verdes, estruturado pela rede hídrica da região de Barão Geraldo, inclusive nos novos parcelamentos.
- b) promover, sob diferentes formas, especialmente pela educação ambiental, de ações administrativas e de ações comunitárias, o conhecimento e a valorização do sistema hídrico da região, das matas remanescentes e a fauna associada e das paisagens significativas, com vistas a sua preservação e recuperação, bem como manutenção da qualidade socioambiental e do patrimônio histórico e cultural.
- c) proibir o parcelamento, a edificação e a impermeabilização de todas as Áreas de Preservação Permanente - APP - enquadradas pelo Código Florestal e as áreas de planícies de inundação, delimitadas no mapa de preservação anexo à referida lei, ficando o descumprimento desta diretriz sujeito às sanções previstas na legislação.
- d) preservar e/ou recuperar as margens de nascentes, córregos, ribeirões, lagos, rios, fragmentos de matas e paisagens significativas (conforme mapa de preservação), assegurando a compatibilização dos usos à preservação destes valores ambientais.
- e) promover a obstrução das faixas marginais à Área de Preservação Permanente - APP - e a preservação das planícies de inundação da várzea do Rio Atibaia, do Ribeira de Iguape, Ribeirão das Neves, Ribeirão da Fazenda Monte d'Este, Ribeirão do Quilombo e seus afluentes.

**24) A Lei Municipal nº 9.199/1996, que Institui o Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo, declara como Diretrizes Gerais de Uso e Ocupação de Solo, exceto:**

- a) requalificar e valorizar os espaços públicos abertos existentes na área urbana, viabilizando seu equipamento e manutenção por meio de parcerias com o setor privado e/ou associações comunitárias, fomentando atividades de cultura e lazer que favoreçam o uso coletivo das áreas de praças e instituindo programas para esse fim.
- b) promover a distribuição de áreas de uso residencial de forma a atender às diferentes demandas habitacionais geradas pela dinâmica urbana de Barão Geraldo, a saber: moradia unifamiliar, moradia de estudantes, vilas, hotéis e pensões.
- c) manter a paisagem urbana característica de Barão Geraldo com baixas densidades nos diferentes bairros e média densidade no centro.
- d) valorizar o pedestre, especialmente no centro de Barão Geraldo, conforme projeto especial de requalificação dessa área e programa específico de valorização do pedestre e do ciclista, com vistas a sua maior segurança e comodidade.
- e) manter para área central de Barão Geraldo o uso misto, incentivando o uso residencial e promovendo a requalificação da mesma, por meio da reestruturação do sistema viário, da valorização do pedestre e de programas de identificação visual e melhoria dos equipamentos públicos.

**25) Com relação à bacia do Rio Atibaia, na sua área de várzea, no trecho compreendido entre a Rodovia Adhemar Pereira de Barros (SP-340) e a foz do Ribeirão Anhumas, a Lei Municipal nº 9.199/1996, que Institui o Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo, estabelece as seguintes diretrizes, exceto:**

- a) implantar um sistema de parques lineares equipado com ciclovias, cujo traçado desenvolva-se ao longo do Ribeirão das Pedras desde sua nascente e envolva os remanescentes de mata existentes em seu percurso.
- b) desestimular a ocupação dos loteamentos já implantados, definindo-se baixa taxa de ocupação.
- c) reflorestar a faixa de preservação permanente e a várzea do Rio Atibaia com vegetação nativa segundo o Código Florestal, com o objetivo de conservar as populações vegetais existentes, enriquecer as áreas em desequilíbrio e oferecer abrigo e alimento à fauna local.
- d) transformar a área da planície de inundação em Área de Proteção Permanente, com o objetivo de manter o equilíbrio ambiental de todos os ecossistemas e assegurar a qualidade dos recursos hídricos.
- e) exigir para o Vale das Garças a taxa de permeabilidade do solo de sessenta por cento.

**26) A Lei Municipal nº 10.850/2001 prevê como diretrizes gerais para alcançar os objetivos de criação da Área de Proteção Ambiental - APA - do Município de Campinas, exceto:**

- a) o desenvolvimento de campanhas de divulgação e orientação, voltadas à população local e aos turistas, de forma a envolvê-los com os princípios de conservação do meio ambiente propostos na lei, através de programas de educação ambiental.
- b) o condicionamento das atividades de mineração ao licenciamento ambiental prévio, sendo ouvido inicialmente o órgão técnico ambiental da Prefeitura e demais órgãos competentes.
- c) a adoção de normas específicas para o parcelamento do solo e de critérios para implantação de infraestrutura, compatibilizando a ocupação urbana com a conservação ambiental.
- d) o estímulo à atividade turística que valorize os atributos naturais, arquitetônicos, históricos ou culturais da região, com base em planejamento voltado à preservação e à estruturação necessária para o desenvolvimento de tal atividade.
- e) o desenvolvimento de programas de manejo de resíduos sólidos, com ênfase na redução do reuso e da reciclagem.

**27) Conforme dispõe a Lei Municipal nº 10.850/2001, que cria a Área de Proteção Ambiental - APA -, dependerá de prévio licenciamento pela Prefeitura Municipal de Campinas a execução de obra que se enquadre em uma ou mais das seguintes situações de movimento de terra, exceto:**

- a) em áreas com ocorrência de declividade superior a trinta por cento, para desníveis iguais ou superiores a cinco metros dentro da área do empreendimento e, ainda, quando a área apresentar processos erosivos.
- b) modificação da topografia do terreno com desnível de corte ou aterro de mais de um metro, em relação à superfície ou aos níveis existentes, junto às divisas com outras propriedades ou áreas públicas vizinhas.
- c) execução de movimentação de terra entre os meses de abril e julho de cada ano.
- d) modificação da superfície do terreno em área igual ou superior a mil metros quadrados.
- e) movimentação de mais de mil metros cúbicos de terra.

**28) Conforme dispõe a Lei Municipal nº 10.850/2001, não serão permitidas no território da APA Municipal atividades poluidoras do ar, da água e do solo que contenham os seguintes processos, exceto:**

- a) Graus de periculosidade, nocividade e poluição ambiental, cujo processamento possa liberar substâncias danosas ao meio ambiente e à saúde pública, ainda que acidentalmente.
- b) Produção de resíduos sólidos poluentes.
- c) Produção de poluição por efluentes líquidos não compatíveis com o padrão de lançamento na rede pública coletora de esgotos utilizado pela SANASA e estabelecido pela Legislação Estadual de Controle de Poluição Ambiental (Lei nº 997/76 e Decreto nº 8.468/76).
- d) Emissão de material particulado e substâncias odoríferas cujos processos, mesmo sendo submetidos a métodos adequados de controle e tratamento, ainda resultem em efeitos de níveis perceptíveis fora dos limites da propriedade.
- e) Atividades industriais potencialmente poluidoras já legalmente instaladas na APA, mesmo que mantenham perfeitas condições de controle ambiental, de acordo com as disposições dos decretos municipais no 5.561/78, para Sosas, e no 5.436/78, para Joaquim Egídio.

**29) A Lei Municipal nº 11.571/2003 permite a poda de árvores em logradouros públicos do Município de Campinas nas seguintes hipóteses, exceto:**

- a) Para a recuperação de arquitetura da copa.
- b) Para realização de eventos públicos, como a passagem de carros alegóricos e standartes.
- c) Sob a fiação, quando representarem riscos de acidentes ou de interrupção dos sistemas elétrico, de telefonia ou de outros serviços.
- d) Quando os galhos estiverem causando interferências prejudiciais em edificações, na iluminação ou na sinalização de trânsito nas vias públicas;
- e) Para sua limpeza, visando somente a retirada de galhos secos, apodrecidos, quebrados ou com pragas e/ou doenças.

**30) No que se refere à Procuradoria do Município, a Lei Orgânica do Município de Campinas dispõe que:**

- a) O ingresso na carreira de Procurador do Município dar-se-á por meio de concurso público ou nomeação para cargo em comissão.
- b) É atribuição da Procuradoria Geral do Município a propositura de ação civil pública, representando o Município.
- c) Os órgãos jurídicos das autarquias e fundações públicas não se vinculam à Procuradoria do Município.
- d) O Corregedor-Geral da Procuradoria do Município será de livre nomeação pelo Prefeito, escolhido dentre quaisquer membros da carreira.
- e) A Procuradoria Geral do Município é instituição de natureza transitória, autônoma e essencial à Administração Pública Municipal.

## 31) Acerca dos princípios constitucionais do Direito Administrativo, considere as assertivas a seguir.

- I. A *imoralidade* administrativa dá ensejo à invalidação do ato administrativo, podendo ser decretada pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário.
- II. O princípio da *impessoalidade* possibilita duas interpretações: a *impessoalidade do ponto de vista dos administrados*, uma vez que a Administração não pode prejudicar ou beneficiar pessoas determinadas, e *do ponto de vista da Administração*, em que os atos e provimentos administrativos são imputados não aos agentes que os praticam, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual ele age.
- III. A *publicidade*, princípio básico da Administração Pública, positivado no caput do art. 37 da Constituição Federal, torna obrigatória a divulgação de atos, contratos e outros instrumentos celebrados pelo poder público, para conhecimento, controle e início de seus efeitos. A essa regra escapam os atos, as atividades e as informações cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

### É correto afirmar que:

- a) I e II são verdadeiras.
- b) I e III são verdadeiras.
- c) II e III são verdadeiras.
- d) todas são verdadeiras.
- e) somente a III é verdadeira.

## 32) “Centros abstratos e hierarquizados de competências do Estado, instituídos para o desempenho de funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada à pessoa jurídica a que pertencem.” (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 23ª edição. São Paulo: Malheiros, 1998, P. 67).

O trecho acima diz respeito ao clássico conceito de:

- a) órgão público.
- b) cargo público.
- c) função pública.
- d) entidade paraestatal.
- e) entidade da administração pública indireta.

## 33) São os principais atributos ou características do ato administrativo:

- a) competência, objeto, motivo, forma e finalidade.
- b) agente capaz, objeto lícito e forma prevista em lei.
- c) imperatividade, legitimidade, discricionariedade e executoriedade.
- d) presunção de legitimidade e veracidade, imperatividade e autoexecutoriedade.
- e) presunção de legitimidade e veracidade, discricionariedade e autoexecutoriedade.

## 34) Acerca da *anulação* e da *revogação*, enquanto modalidades de desfazimento do ato administrativo, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) no caso de desfazimento do processo licitatório, tanto por anulação como por revogação, está assegurada em lei a observância do contraditório e da ampla defesa.
- b) a revogação é a supressão de um ato administrativo legítimo, perfeito e eficaz, praticada pela própria Administração Pública (e somente por ela), fundada em razões de interesse público, por não mais lhe convir a sua existência.
- c) a Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.
- d) a revogação da anulação é perfeitamente possível na esfera administrativa e na judicial, pois, se o ato anulatório foi praticado em desconformidade com as exigências legais, é um poder-dever do órgão estatal, sempre que se deparar com alguma ilegalidade ou defeito, revogar o ato imperfeito.
- e) a partir da inclusão do art. 103-A pela Emenda Constitucional nº 45/04 à Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal pode anular o ato administrativo que contrariar ou aplicar indevidamente o conteúdo de súmula de efeito vinculante em relação à Administração Pública, nas esferas federal, estadual ou municipal, bem como aos demais órgãos do Poder Judiciário.

**35) Quanto às Parcerias Público-Privadas (PPP), considere as assertivas que se seguem.**

- I. A Parceria público-privada é contrato administrativo de concessão, na modalidade *patrocinada ou administrativa*, criada pela Lei nº 11.079/04. Ela representa um regime jurídico diferenciado que, em síntese, estabelece uma modalidade muito particular de relação entre a Administração Pública e a iniciativa privada, mediante financiamento do contratado, contraprestação pecuniária do Poder Público e compartilhamento dos riscos e ganhos entre os pactuantes.
- II. A concessão *patrocinada* é o contrato de prestação de serviços de que a Administração seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fortalecimento e instalação de bens.
- III. A concessão *administrativa* é a modalidade de contratação de serviços públicos ou obras públicas, a que se refere a Lei nº 8.987/95, que envolve, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- IV. A contratação de parceria público-privada será precedida de licitação na modalidade de concorrência, estando a abertura do processo licitatório condicionada, entre outras, à elaboração de estimativa do impacto orçamentário-financeiro nos exercícios em que deva vigorar o contrato de parceria público-privada.

**Assinale a alternativa verdadeira.**

- a) todas as assertivas estão corretas.
- b) apenas três assertivas estão corretas.
- c) apenas duas assertivas estão corretas.
- d) apenas uma assertiva está correta.
- e) todas as assertivas estão incorretas.

**36) Quanto aos bens públicos, é INCORRETO afirmar que:**

- a) os imóveis públicos não são adquiridos por usucapião.
- b) os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- c) os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- d) os bens públicos afetados são aqueles que obedecem ao regime jurídico público, ou seja, são inalienáveis, impenhoráveis, imprescritíveis e não graváveis com ônus.
- e) os bens dominicais, também chamados de bens do patrimônio administrativo, vinculados a fim peculiar da administração pública, são considerados instrumentos para a execução de serviços públicos.

**37) São atributos do Poder de Polícia:**

- a) impessoalidade, legitimidade, publicidade, eficiência.
- b) discricionariedade, indisponibilidade, autoexecutoriedade.
- c) discricionariedade, autoexecutoriedade, coercibilidade.
- d) imperatividade, validade, legitimidade, publicidade, indisponibilidade.
- e) presunção de veracidade, discricionariedade, legitimidade, eficiência e coercibilidade.

**38) Acerca do regime de concessão e permissão de prestação de serviços públicos, previsto na Lei nº 8.987/95, marque a alternativa INCORRETA.**

- a) Considera-se *reversão* a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da *concessão*, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.
- b) Incumbe à concessionária a execução do serviço concedido, cabendo-lhe responder por todos os prejuízos causados ao poder concedente, aos usuários ou a terceiros, sem que a fiscalização exercida pelo órgão competente exclua ou atenua essa responsabilidade.
- c) Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, e, por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.
- d) A *permissão* de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará os termos da Lei, das demais normas pertinentes e do edital de licitação, inclusive quanto à precariedade e à revogabilidade unilateral do contrato pelo poder concedente.
- e) Toda *concessão* de serviço público, precedida ou não da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

**39) A modalidade de licitação realizada entre interessados devidamente cadastrados ou que preencham os requisitos para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação, é:**

- a) o leilão.
- b) o convite.
- c) o pregão.
- d) a concorrência.
- e) a tomada de preços.

**40) São hipóteses de *dispensa de licitação*, disciplinada no art. 24 da Lei nº 8.666/93, EXCETO:**

- a) Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- b) Contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- c) Quando não acudirem interessados à licitação anterior, e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- d) Na contratação de associação de portadores de deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, por órgãos ou entidades da Administração Pública, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado.
- e) Na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.

**41) São características presentes nos *contratos administrativos*, EXCETO:**

- a) A presença da Administração em pelo menos um dos polos como parte contratante.
- b) A aplicação princípio *pacta sunt servanda*, pelo que se impõe o cumprimento dos contratos tal como escritos.
- c) A possibilidade de modificação unilateral das cláusulas do contrato, para melhor adequação às finalidades de interesse público.
- d) A obediência ao procedimento de licitação, à exceção dos casos de contratação direta permitida nas hipóteses da lei, e a outras formalidades legais.
- e) A existência de cláusulas exorbitantes que definem poderes especiais para a Administração, colocando-a em posição de supremacia em relação ao contratado.

**42) Quanto ao regime constitucional dos servidores públicos, é correto afirmar que:**

- a) a Constituição Federal não exige concurso público para o provimento de empregos públicos.
- b) o direito à livre associação sindical do servidor público civil será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- c) os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público serão computados e acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.
- d) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, entretanto, o mesmo dispositivo constitucional permite, quando houver compatibilidade de horários, a acumulação de dois cargos técnicos.
- e) as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

**43) No que diz respeito à Administração Pública Indireta, pode-se afirmar corretamente que:**

- a) as autarquias, pessoas jurídicas de direito público interno, não podem exercer poder de polícia administrativa.
- b) as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos sujeitam-se ao regime de responsabilidade civil objetiva.
- c) das entidades da administração indireta, apenas as pessoas jurídicas de direito público estão sujeitas ao controle externo realizado pelo Poder Legislativo, com o auxílio do Tribunal de Contas.
- d) a regra constitucional que exige autorização legislativa para criar subsidiária e participar de empresa privada é necessária apenas em relação à sociedade de economia mista, não se aplicando, portanto, à empresa pública.
- e) as agências reguladoras, segundo a doutrina prevalente, possuem natureza jurídica de empresa pública com regime especial, segundo as respectivas leis instituidoras. No plano federal, seus dirigentes são escolhidos pelo Senado Federal e cumprem mandato fixo, não podendo ser exonerados *ad nutum*.

**44) Sobre o instituto da *desapropriação*, é INCORRETA a seguinte assertiva:**

- a) Exceto nas desapropriações sancionatórias, como regra geral, a indenização deve ser prévia, justa e em dinheiro.
- b) Os bens de domínio dos Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderão ser desapropriados pela União, e os dos Municípios pelos Estados, mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.
- c) A competência para legislar sobre desapropriação é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Inexistindo norma federal e estadual, os Municípios exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- d) Os concessionários de serviços públicos e os estabelecimentos de caráter público ou que exerçam funções delegadas de poder público poderão promover desapropriações mediante autorização expressa, constante de lei ou contrato.
- e) A desapropriação poderá abranger a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço. Em qualquer caso, a declaração de utilidade pública deverá compreendê-las, mencionando-se quais as indispensáveis à continuação da obra e as que se destinam à revenda.

**45) Com base na Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), considere as assertivas a seguir.**

- I. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.
- II. Qualquer pessoa poderá representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- III. A sentença que julgar procedente ação civil de reparação de dano ou decretar a perda dos bens havidos ilicitamente determinará o pagamento ou a reversão dos bens, conforme o caso, em favor da pessoa jurídica prejudicada pelo ilícito.
- IV. As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na lei de improbidade podem ser propostas em até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança, e dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego público.

**Assinale a alternativa correta.**

- a) todas as assertivas estão corretas.
- b) apenas três assertivas estão corretas.
- c) apenas duas assertivas estão corretas.
- d) apenas uma assertiva está correta.
- e) todas as assertivas estão incorretas.

**46) Acerca das normas constitucionais de Direito Ambiental, considere as assertivas a seguir.**

- I. Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.
- II. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão as pessoas físicas infratoras às sanções penais e administrativas, e os infratores pessoas jurídicas apenas às sanções administrativas, independentemente, em ambos os casos, da obrigação de reparar os danos causados.
- III. A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são bens da União, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- IV. As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida no plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, sem o que não poderão ser instaladas.

**É correto afirmar que:**

- a) todas as assertivas são falsas.
- b) as assertivas I e III são verdadeiras.
- c) as assertivas III e IV são verdadeiras.
- d) as assertivas I, II e IV são verdadeiras.
- e) somente a assertiva I é verdadeira.

**47) Sobre o modo como cada ente político deve exercer seu poder de polícia ambiental, a doutrina prevalente afirma que a regra do art. 23 da Constituição Federal deve ser interpretada da forma seguinte:**

- I. Matérias de interesse local, isto é, que não extrapolem os limites físicos do Município, devem ser administradas pelo Executivo Municipal.
- II. Tratando-se de bens públicos estaduais e de questões ambientais supramunicipais, a competência será do Executivo Estadual.
- III. Quando a matéria extrapola os limites físicos do Município, ou seja, os seus efeitos não ficam confinados na área física do Município, desloca-se a competência do Executivo Municipal para o Executivo Estadual.
- IV. Nas hipóteses em que as matérias envolvam problemas internacionais de poluição transfronteiriça ou duas ou mais unidades das federadas brasileiras, a competência será do Executivo Federal.

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens I, II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II, III, IV estão corretos.
- d) apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

**48) São instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente traçados pela Lei nº 6.938/81:**

- I. O zoneamento ambiental e a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público federal, estadual e municipal, tais como áreas de proteção ambiental, de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas.
- II. O sistema nacional de informações sobre o meio ambiente e o Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental.
- III. Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo.

**Assinale a opção correta.**

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

**49) A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios expressos em lei, EXCETO:**

- a) Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar.
- b) Planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais.
- c) Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para a exploração econômica dos recursos ambientais.
- d) Educação ambiental em todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.
- e) Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo.

**50) São objetivos específicos da Política Nacional do Meio Ambiente:**

- a) A busca do pleno desenvolvimento econômico-social.
- b) A imposição ao poluidor-pagador do dever de reparação ampla em substituição à reparação específica do meio ambiente degradado.
- c) A imposição do custo social da poluição à coletividade, segundo critérios e padrões previstos em normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais.
- d) A preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas à sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida.
- e) A monetização do risco em substituição à difusão de tecnologias de manejo do meio ambiente, à divulgação de dados e informações ambientais e à formação de uma consciência pública sobre a necessidade de preservação da qualidade ambiental e do equilíbrio ecológico.

**51) O Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA – é constituído:**

- a) apenas pelos órgãos e entidades da Administração Pública federal.
- b) pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- c) pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) e demais órgãos estaduais, municipais e entidades civis de defesa do meio ambiente.
- d) pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgãos estaduais, municipais, entidades civis de defesa do meio ambiente e Ministério Público Federal.
- e) pelos órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, entidades civis de defesa do meio ambiente e Ministério Público da União e dos Estados.

**52) O Direito Ambiental atua de forma preventiva, repressiva e reparatória, sendo preferível a prevenção às demais, tendo em vista que apenas neste caso o dano ainda não se concretizou. Assim, acerca da reparação civil ambiental, é INCORRETO afirmar que:**

- a) a cumulação de pedidos de ressarcimento pelos danos materiais e/ou morais não exclui a necessidade de reparação específica.
- b) o Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal por danos causados ao meio ambiente.
- c) a Política Nacional do Meio Ambiente previu duas formas de reparar o dano ambiental, sendo a primeira a *recuperação* e, só se esta não for possível, a *indenização*.
- d) A Constituição Federal de 1988 constitucionalizou a responsabilidade civil subjetiva, fundada na culpa. Assim, não basta a demonstração do evento danoso e do nexo de causalidade para que se possa pleitear a reparação do dano.
- e) Além do particular, as pessoas jurídicas de direito público podem ser responsabilizadas pela degradação ambiental. Os entes públicos respondem não só quando atuam como *agentes poluidores*, mas também por omissão ao dever de proteção ambiental.

**53) Considerando os conceitos trazidos pela lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC – , é correto dizer que:**

- a) *uso indireto* é aquele que envolve coleta e uso, comercial ou não, dos recursos naturais.
- b) *manejo* é todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas.
- c) extrativismo é o sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo insustentável, de recursos naturais não renováveis
- d) *uso sustentável* consiste num conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visam à manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais.
- e) *zoneamento* é o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

**54) Segundo o previsto no Decreto nº 4.340/2002, que regula a lei do SNUC, o Plano de Manejo da Unidade de Conservação, elaborado pelo órgão gestor ou pelo proprietário, quando for o caso, será aprovado:**

- a) em *portaria* do órgão executor, no caso de Estação Ecológica, Reserva Biológica e Parque Nacional.
- b) em *resolução* do competente conselho deliberativo, no caso de Estação Ecológica, Reserva Biológica e Parque Nacional, após prévia aprovação do órgão executor.
- c) em *resolução* do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, ou órgão equivalente, no caso de Área de Proteção Ambiental e Área de Relevante Interesse Ecológico.
- d) em *portaria* do órgão executor no caso de Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, após prévia aprovação do conselho deliberativo.
- e) em *resolução* do Conselho Estadual do Meio Ambiente, ou órgão equivalente, no caso Floresta Nacional, Reserva de Fauna e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

**55) Acerca da Lei nº 4.771/65 (Código Florestal), considere as assertivas que seguem.**

- I. A União, diretamente, através do órgão executivo específico, ou em convênio com os Estados e Municípios, fiscalizará a aplicação das normas do Código Florestal, podendo, para tanto, criar os serviços indispensáveis.
- II. Qualquer árvore poderá ser declarada imune de corte, mediante ato do Poder Público, por motivo de sua localização, raridade, beleza ou condição de porta-sementes.
- III. O comércio de plantas vivas, oriundas de florestas, independe de licença da autoridade competente.

**Assinale a alternativa verdadeira.**

- a) Todas as assertivas estão corretas.
- b) Apenas três assertivas estão corretas.
- c) apenas duas assertivas estão corretas.
- d) apenas uma assertiva está correta.
- e) todas as assertivas estão incorretas.

**56) No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, a fiscalização das normas Código Florestal é de competência:**

- a) exclusiva da União.
- b) exclusiva dos Municípios.
- c) privativa dos Estados-membros.
- d) dos Municípios, atuando a União supletivamente.
- e) dos Estados-membros da federação, atuando a União supletivamente.

**57) Segundo o previsto na Resolução CONAMA 237/97, compete ao órgão ambiental municipal o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades:**

- a) delegados pela União aos Municípios por instrumento legal ou convênio, ouvidos o Conselho Estadual do Meio Ambiente.
- b) localizados ou desenvolvidos na aglomeração urbana em que o município for sede, ouvidos o Conselho Nacional do Meio Ambiente.
- c) cujos impactos ambientais diretos ultrapassem os limites territoriais da aglomeração urbana, instituída por lei complementar estadual.
- d) de impacto ambiental local e daquelas que lhe forem delegadas pelo Estado por instrumento legal ou convênio, ouvidos os órgãos competentes da União e do respectivo Estado.
- e) localizados ou desenvolvidos nas florestas e demais formas de vegetação natural de preservação permanente relacionadas no artigo 2º da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, e em todas as que assim forem consideradas por normas federais ou estaduais.

**58) A ação penal para todos os delitos previstos na lei que dispõe acerca das sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente é:**

- a) exclusivamente pública incondicionada.
- b) exclusivamente pública condicionada à representação da autoridade fiscal ambiental.
- c) pública incondicionada, mas para os crimes contra o patrimônio cultural fica condicionada à representação do ofendido.
- d) pública incondicionada, mas para os crimes contra o ordenamento urbano fica condicionada à representação da autoridade municipal local.
- e) pública incondicionada, mas para os crimes contra a Administração Ambiental fica condicionada à representação da autoridade fiscal ambiental.

**59) Em razão da prática de crime ambiental, são aplicáveis às pessoas jurídicas, de forma isolada ou cumulativa, as seguintes penas:**

- a) somente multa e suspensão total ou parcial de atividades, independentemente da obrigação de reparar os prejuízos causados.
- b) proibição de contratar com o poder público, prestação de serviços à comunidade, independentemente da obrigação do pagamento de multa.
- c) apenas de multa e interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, independentemente da obrigação de reparar os prejuízos causados.
- d) somente suspensão total ou parcial de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade e proibição de contratar com o poder público, independentemente da obrigação do pagamento de multa.
- e) multa, suspensão total ou parcial de atividades, interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade, proibição de contratar com o poder público, prestação de serviços à comunidade, independentemente da obrigação de reparar os prejuízos causados.

**60) São sanções administrativas de cunho ambiental previstas na Lei n.º 9.605/98, EXCETO:**

- a) Advertência.
- b) Multa (simples e diária).
- c) Embargo de obra ou atividade.
- d) Prestação de serviços à comunidade.
- e) Apreensão de instrumentos, petrechos, equipamentos e veículos utilizados na infração.

**61) Tem legitimidade para a propositura da Ação Civil Pública Ambiental, EXCETO:**

- a) Empresa pública.
- b) Defensoria Pública.
- c) Qualquer cidadão brasileiro.
- d) Sociedade de economia mista.
- e) Entidade e órgão da administração pública, direta e indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa do meio ambiente.

**62) Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – Lei nº 9.433/97:**

- I. A gestão sistemática dos recursos hídricos, sem dissociação dos aspectos de quantidade e qualidade e a integração da gestão das bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.
- II. A adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País.
- III. A articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional.

**Assinale a alternativa acertada.**

- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

**63) Das alternativas abaixo, NÃO é fundamento da Política Nacional de Recursos Hídricos:**

- a) A água é um bem de domínio público.
- b) A água é um recurso natural limitado, dotado de valor econômico.
- c) Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos apenas para o consumo humano, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade social e econômica.
- d) A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
- e) A gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades, de modo a sempre proporcionar o uso múltiplo das águas.

**64) Segundo a definição legal apresentada Lei nº 6.803/80, que estabelece as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição, as “zonas de uso estritamente industrial” destinam-se:**

- a) preferencialmente à localização de estabelecimentos industriais, cujo processo produtivo seja complementar das atividades do meio urbano ou rural em que se situem e que com elas se compatibilizem.
- b) exclusivamente à localização de estabelecimentos industriais, cujo processo produtivo seja complementar das atividades do meio urbano ou rural em que se situem e que com elas se compatibilizem.
- c) preferencialmente à localização de estabelecimentos industriais cujos resíduos sólidos, líquidos e gasosos, ruídos, vibrações, emanações e radiações possam causar perigo à saúde, ao bem-estar e à segurança das populações.
- d) exclusivamente à instalação de indústrias cujos processos, submetidos a métodos adequados de controle e tratamento de efluentes, não causem incômodos sensíveis às demais atividades urbanas e nem perturbem o repouso noturno das populações.
- e) preferencialmente à instalação de indústrias cujos processos, submetidos a métodos adequados de controle e tratamento de efluentes, não causem incômodos sensíveis às demais atividades urbanas e nem perturbem o repouso noturno das populações.

**65) “A exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável”, segundo a legislação sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, é o conceito de:**

- a) exploração ecológica.
- b) exploração sustentável.
- c) prática preservacionista.
- d) enriquecimento ecológico.
- e) exploração preservacionista.

**66) Assinale a alternativa correta.**

- a) No crime omissivo impróprio o autor só será responsabilizado penalmente se existir um tipo incriminador descrevendo a omissão como infração formal ou de mera conduta.
- b) No crime omissivo próprio o agente não responde só pela omissão como simples conduta, mas também pelo resultado produzido, salvo se este não lhe puder ser atribuído por dolo ou culpa.
- c) Tipo permissivo é aquele que não descreve fatos criminosos, mas hipóteses em que estes fatos podem ser praticados sem que estejam revestidos de ilicitude.
- d) Tipo anormal é aquele que contém somente elementos objetivos e descritivos.
- e) Tipo normal é aquele que contém, além de elementos objetivos, elementos subjetivos e normativos.

**67) Levando em conta a classificação doutrinária dos crimes, assinale a alternativa correta.**

- a) Crime próprio é aquele que só pode ser cometido pessoalmente pelo sujeito ativo.
- b) Crime de mera conduta é aquele que só pode ser cometido por determinada pessoa ou categoria de pessoas.
- c) Crime instantâneo é aquele em que o resultado naturalístico é impossível de ocorrer.
- d) Crime progressivo é aquele em que o agente deseja produzir um resultado, mas, após atingi-lo, resolve prosseguir na violação do bem jurídico, produzindo um outro delito mais grave.
- e) Crime exaurido é aquele em que o agente, mesmo após atingir o resultado consumativo, continua a agredir o bem jurídico.

**68) São causas que excluem a imputabilidade penal, exceto:**

- a) embriaguez completa decorrente de caso fortuito ou força maior.
- b) embriaguez preordenada ou voluntária.
- c) desenvolvimento mental incompleto.
- d) desenvolvimento mental retardado.
- e) doença mental.

**69) Equiparam-se a documentos públicos para fins penais, exceto:**

- a) a escritura pública lavrada por tabelião.
- b) o documento emanado de entidade paraestatal.
- c) as ações de sociedade comercial.
- d) o título ao portador ou transmissível por endosso.
- e) o testamento particular.

**70) São crimes contra a Administração Pública, exceto:**

- a) Corrupção passiva.
- b) Condescendência criminosa.
- c) Tráfico de influência em transação comercial internacional.
- d) Coação no curso do processo.
- e) Violação de segredo profissional.

**71) Caracteriza-se o crime de Contratação de Operação de Crédito, previsto no artigo 359-A do Código Penal, a conduta do administrador público consistente em:**

- a) colocar ação no mercado financeiro de títulos da dívida pública sem que tenham sido criados por lei.
- b) ordenar a inscrição em restos a pagar de despesa que não tenha sido previamente empenhada.
- c) realizar operação de crédito, interno ou externo, sem prévia autorização legislativa.
- d) ordenar despesa não autorizada por lei.
- e) prestar garantia em operação de crédito sem que tenha sido constituída contragarantia em valor igual.

**72) Como regra prevista no Código de Processo Penal, o prazo para o oferecimento da denúncia é de:**

- a) quinze dias nos casos em que o autor estiver preso ou submetido a qualquer outra medida cautelar.
- b) cinco dias quando o autor estiver preso ou submetido a qualquer outra medida cautelar.
- c) dez dias quando o autor estiver solto ou submetido a qualquer medida cautelar.
- d) cinco dias quando o autor estiver preso e de quinze dias quando estiver solto.
- e) cinco dias quando o autor estiver solto ou submetido a medida cautelar.

**73) Caracteriza-se a perempção quando:**

- a) na ação penal privada exclusiva o querelante deixar de promover o andamento do processo por mais de trinta dias seguidos.
- b) na ação penal privada subsidiária da pública o querelante deixar de comparecer a qualquer ato do processo a que deva estar presente.
- c) na ação penal pública condicionada à representação a vítima deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
- d) na ação penal pública incondicionada o Ministério Público apresentar nos autos pedido de desistência.
- e) na ação penal privada personalíssima a vítima deixar de oferecer a queixa-crime.

**74) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação o inquérito policial será iniciado:**

- a) de ofício pela Autoridade Policial, sem a necessidade de qualquer manifestação de vontade.
- b) mediante requisição do Ministério Público, mesmo que desacompanhada de representação da vítima.
- c) mediante representação do Juiz, desde que acompanhada de representação da vítima.
- d) mediante representação da vítima ou de seu representante legal.
- e) mediante requisição da Autoridade Policial, acompanhada de representação da vítima.

**75) Em relação ao arquivamento do inquérito policial é correto afirmar que:**

- a) será determinado pela Autoridade Policial, estando seus atos sujeitos a correição do Poder Judiciário e do Ministério Público.
- b) será determinado pelo Ministério Público, tendo em vista ser ele o titular da ação penal pública.
- c) será determinado pela Autoridade Judiciária, mediante proposta do Ministério Público.
- d) será determinado pelo Juiz, mesmo com discordância do Ministério Público.
- e) a decisão que o determina faz coisa julgada material em todos os casos.

**76) Considerando o conceito de Constituição e seu conteúdo, é correto afirmar que:**

- a) a distinção entre Constituição em sentido formal e Constituição em sentido material perde sua importância diante do *princípio da unidade da constituição*.
- b) as normas que são inseridas no texto constitucional, sem dispor sobre a estrutura mínima e essencial de qualquer Estado, são denominadas normas materialmente constitucionais.
- c) para Ferdinand Lassalle, Constituição é decisão política fundamental, cujas normas se situam num plano hierarquicamente superior a outras normas, pouco importando o conteúdo.
- d) a concepção de Hans Kelsen toma a palavra Constituição em dois sentidos: no *lógico-jurídico* e no *jurídico-positivo*. De acordo com o primeiro, Constituição é norma fundamental hipotética, fundamento lógico-transcendental da validade da Constituição jurídico-positiva.
- e) Constituição em sentido lógico-jurídico é concebida como o modo de se combinarem os distintos fatores reais de poder que compõem o Estado. Assim, se inexistir coincidência entre o documento escrito e as forças determinantes do poder, não estaremos diante de uma constituição.

**77) O artigo 5º, inciso LVIII, da Constituição Federal de 1988 dispõe que “o civilmente identificado não será submetido à identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei”. Quanto à sua aplicabilidade, a norma constitucional acima transcrita é:**

- a) *programática*, porque depende de lei ordinária para o exercício do direito consagrado.
- b) de *eficácia limitada*, porque foi deixada margem à atuação restritiva da competência legislativa do Poder Público.
- c) de *eficácia relativa* complementável, porquanto reúne todos os predicados necessários à produção imediata dos efeitos nela previstos.
- d) de *eficácia plena*, porque apta a produzir todos os seus efeitos de imediato, não podendo ser enfraquecida pela regulamentação infraconstitucional que vier a ser aprovada.
- e) de *eficácia restringível*, porque, embora seja de aplicabilidade imediata, apta a produzir todos os seus efeitos, a superveniência de legislação infraconstitucional ordinária poderá reduzir o direito individual nela estabelecido.

**78) Acerca da teoria do Poder Constituinte, é INCORRETO afirmar que:**

- a) em contraposição ao Poder Constituinte Originário, o Poder Constituinte Derivado apresenta as seguintes características: *autônomo, ilimitado e incondicionado*.
- b) o Poder Constituinte Derivado Decorrente consiste na possibilidade de auto-organização dos estados-membros em face da autonomia política administrativa conferida a eles pelo poder Constituinte Originário.
- c) diversamente do Poder Constituinte Originário, que é um poder de fato e político, o Poder Constituinte Derivado é jurídico, pois este apenas revela o exercício de uma competência reformadora criada e instituída por aquele.
- d) a doutrina constitucional estabelece ao menos duas formas de exercício do Poder Constituinte Originário: a *revolução*, caso em que o grupo revolucionário, que se tornou hegemônico, edita uma nova Constituição; a *Assembleia Constituinte*, que pode tomar o cuidado de submeter à vontade popular suas conclusões.
- e) o Poder Constituinte Derivado Decorrente, conferido aos Estados-membros da Federação, não foi estendido aos Municípios. Enquanto aos Estados foi conferida organização por Constituições, aos Municípios cogitou-se leis orgânicas, as quais devem obedecer aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e Estadual.

**79) Quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição, poderá ser proposta perante o Supremo Tribunal Federal:**

- a) o Mandado de Injunção Coletivo.
- b) a Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI.
- c) a Ação Declaratória de Constitucionalidade – ADC.
- d) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF.
- e) a Reclamação para a preservação da competência do STF e a garantia da autoridade de suas decisões.

**80) Matosinho Gatuno, Prefeito da cidade de Riverlândia (Brasil), é acusado de prática de ato lesivo ao patrimônio público em processo licitatório. A anulação do ato pode ser pleiteada por:**

- a) *ação popular*, proposta por qualquer cidadão brasileiro, ainda que o autor não tenha vínculo com a unidade política relacionada aos fatos debatidos.
- b) *ação popular*, proposta por qualquer pessoa, inclusive por estrangeiro, desde que o autor tenha domicílio na unidade política relacionada aos fatos debatidos.
- c) *ação de improbidade administrativa*, proposta por qualquer cidadão brasileiro, desde que o autor tenha vínculo com a unidade política relacionada aos fatos debatidos.
- d) *ação de improbidade administrativa*, proposta por qualquer cidadão brasileiro, ainda que o autor não tenha vínculo com a unidade política relacionada aos fatos debatidos.
- e) *mandado de segurança coletivo*, impetrado por qualquer interessado, desde que o impetrante tenha vínculo com a unidade política relacionada aos fatos debatidos.

**81) Lei municipal que dispõe sobre a distribuição gratuita de prêmios, mediante sorteio, vale-brinde ou concurso, bem como estabelece normas para o sistema de consórcios:**

- a) está eivada de inconstitucionalidade formal orgânica, pois disciplina matérias de competência exclusiva do Estado-membro.
- b) está eivada de inconstitucionalidade formal orgânica, porque disciplina matérias de competência privativa da União.
- c) está eivada de inconstitucionalidade material objetiva, porque disciplina matérias de competência privativa da União.
- d) pode ser reconhecida sua validade, desde que haja lei complementar autorizando o município a legislar sobre as matérias de notório interesse local.
- e) não viola a repartição constitucional de competências legislativas, pois ao município compete legislar concorrentemente sobre sistema de consórcios e sorteios.

**82) Sobre o direito à igualdade, marque a alternativa correta.**

- a) Todo tratamento desigual é absolutamente inconstitucional.
- b) Igualdade consiste em tratar igualmente os desiguais, com diferentes direitos e obrigações, e desigualmente os iguais.
- c) O princípio da isonomia deve ser considerado unicamente sob o aspecto da igualdade perante a lei (igualdade formal).
- d) A igualdade perante a lei traduz imposição destinada ao Poder Público, que, na aplicação da norma legal, não poderá subordiná-la a critérios que ensejam tratamento privilegiado ou discriminatório entre as pessoas.
- e) A proibição de acesso a determinadas carreiras públicas em razão da idade do candidato configura sempre discriminação abusiva, sendo inaceitável qualquer justificativa fundamentada na natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

**83) Sobre o Poder Legislativo, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) Compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse dos Municípios.
- b) Compete exclusivamente ao Congresso Nacional fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado.
- c) A renovação do Senado Federal ocorre de forma alternada, a cada quatro anos, por um terço e dois terços, sendo que cada Senador cumpre um mandato de oito anos.
- d) O Poder Legislativo, na esfera federal, é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, ambas as casas formadas por representantes do povo brasileiro.
- e) Qualquer Comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderá convocar os titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.

**84) Sobre as Regiões Metropolitanas, pode-se afirmar que:**

- a) são meras autarquias, entidades administrativas dos municípios, dotadas de autonomia política, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- b) são entidades administrativas autônomas, instituídas pelos Municípios com mais de 500.000 habitantes, mediante plano diretor, dotadas de personalidade jurídica de direito público, visando ao seu desenvolvimento e à redução das desigualdades.
- c) são entidades administrativas instituídas pela União, mediante lei complementar, abrangendo áreas de diversos municípios, situadas num mesmo complexo geoeconômico e social, visando ao seu desenvolvimento e à redução das desigualdades.
- d) são instituídas pelos Estados-membros da Federação, em seu território, mediante lei complementar, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- e) são instituídas pelos Municípios sede da capital do Estado, mediante plano diretor, constituem-se em um conjunto de distritos municipais limítrofes com certa homogeneidade e problemas administrativos comuns, que exigem planejamento integrado e ação coordenada do poder público local.

**85) Acerca das bases constitucionais da política urbana, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
- b) O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
- c) A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
- d) Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- e) As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pela Câmara Municipal, com prazo de resgate de até cinco anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

**86) A respeito da obrigação tributária acessória, é correto afirmar que:**

- a) se trata de um dever não instrumental.
- b) não existe para o contribuinte.
- c) é um dever instrumental.
- d) impõe um fazer ou não fazer, não se convertendo em obrigação principal.
- e) é meramente teórica, pois não há obrigação acessória, e pagar o tributo já representa o núcleo do direito tributário.

**87) É correto afirmar, em relação à responsabilidade tributária por substituição, que:**

- a) ocorre quando o sujeito passivo da obrigação principal vem a falecer, apenas.
- b) ocorre nos casos de sujeição passiva da obrigação acessória, mas nunca quando da obrigação principal.
- c) há litisconsórcio unitário e necessário quando caracterizada, pois o fisco deve promover a execução fiscal contra todos os sujeitos passivos.
- d) ocorre nos casos de conveniência da arrecadação e fiscalização tributária, para que o sujeito passivo indireto recolha o tributo.
- e) ocorre quando o sujeito passivo direto assume a obrigação perante o sujeito passivo indireto.

**88) “No lançamento por homologação o fisco age tacitamente.” Analisando esta assertiva, podemos afirmar que:**

- a) está correta, pois a homologação pode ser expressa ou tácita.
- b) está correta, pois a homologação ocorre sempre na modalidade tácita.
- c) está incorreta, pois a homologação ocorre sempre na modalidade expressa.
- d) está correta, pois o fisco tem o prazo de três anos para homologar expressamente ou, após este prazo, agir tacitamente.
- e) está incorreta, pois não existe a possibilidade de o fisco agir tacitamente.

**89) A imunidade tributária é:**

- a) meio de extinção das obrigações tributárias, pois pode ser concedida por lei.
- b) garantida pela Constituição Federal apenas para os impostos.
- c) garantida pela lei e pode ser revogada.
- d) meio de exclusão do crédito tributário.
- e) garantida como forma idônea de se evitar a bitributação.

**90) “A lei tributária poderá retroagir em alguns casos.” Esta afirmação está:**

- a) correta, pois sua retroatividade visa beneficiar o contribuinte com o pagamento dos tributos.
- b) incorreta, pois não é permitida a retroatividade em nenhuma hipótese.
- c) incorreta, pois o fato gerador é o marco para se aferir a aplicação da lei tributária no tempo.
- d) incorreta, pois não é plausível sua retroatividade em razão de o fisco se submeter ao princípio “solve et repete”.
- e) correta, pois é possível que a lei tributária retroaja quando trazer uma multa mais benéfica.

**91) A respeito da denunciação da lide, assinale a incorreta.**

- a) Trata-se de uma ação cujo julgamento é prejudicial/eventual.
- b) É cabível no procedimento ordinário por iniciativa tanto do autor como do réu.
- c) Não é cabível nas ações em que se discute posse direta e indireta.
- d) O evicto terá ao menos o direito de receber o preço da coisa, caso não tenha denunciado a lide a terceiro.
- e) Pode ser utilizada para o exercício do direito de regresso.

**92) Na ação de execução contra vários devedores, é correto afirmar que:**

- a) a citação, em razão do litisconsórcio, pode ser real ou ficta.
- b) o início do prazo para pagamento correrá em comum para cada um dos litisconsortes.
- c) o prazo para opor os embargos à execução correrá em comum para cada um dos litisconsortes.
- d) quando a ação versar sobre imóvel do casal, não será cabível a citação por precatória, conforme a reforma do CPC.
- e) os prazos para a defesa e o pagamento correrão independentemente para cada um dos litisconsortes.

**93) São elementos da ação:**

- a) partes, pedido e causa de pedir.
- b) partes legítimas, capacidade postulatória e pedido juridicamente possível.
- c) legitimidade, interesse de agir e pedido juridicamente possível.
- d) petição inicial apta, interesse de agir e causa de pedir.
- e) partes, possibilidade de formular uma tutela em juízo e causa de pedir.

**94) A respeito da preempção, assinale a correta.**

- a) Resolve o mérito quando ocorre, embora esteja prevista no art. 267 do CPC.
- b) Extingue o direito de ação, mas não o direito material.
- c) Assemelha-se à prescrição, pois, uma vez ocorrida, a pretensão estará resolvida.
- d) Assemelha-se à decadência no que diz respeito aos direitos potestativos.
- e) Resolve o mérito nas hipóteses em que a prescrição ou a decadência não ocorram.

**95) Na declaração judicial da insolvência, o juiz, na sentença:**

- a) declarará a insolvência, nomeará dentre os credores um administrador e mandará expedir o edital para convocar os credores para que apresentem, no prazo de quinze dias, a declaração de crédito.
- b) mandará publicar em jornal de ampla circulação a respectiva sentença para conhecimento de todos.
- c) solicitará ao Ministério Público a intervenção para controle da massa.
- d) nomeará o administrador da massa e mandará expedir o edital para convocar os credores para que apresentem, no prazo de vinte dias, a declaração do crédito.
- e) declarará a insolvência, nomeará um administrador da massa dentre os maiores credores e convocará, por meio de edital, os credores para que apresentem, no prazo fixado pelo magistrado, a declaração de crédito.

**96) A respeito dos negócios jurídicos, é incorreto afirmar que:**

- a) o silêncio importa anuência quando as circunstâncias dos usos o autorizarem e não for necessária a declaração expressa.
- b) no negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este é substância do ato.
- c) a impossibilidade inicial do objeto não invalida o negócio jurídico se for relativa ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- d) a validade não dependerá de forma especial, salvo quando a lei exigir.
- e) nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada, prevalecendo o sentido literal da linguagem.

**97) No contrato preliminar é correto afirmar que:**

- a) não pode ser levado a registro enquanto pendente o cumprimento da obrigação.
- b) desde que não conste cláusula de arrependimento, qualquer das partes poderá exigir a celebração definitiva.
- c) mesmo que o estipulante não cumpra com o contrato preliminar, não poderá a outra parte desfazer o contrato.
- d) não existe esse instituto no direito civil brasileiro.
- e) o juiz não pode suprimir a vontade da parte inadimplente para dar o caráter definitivo ao contrato.

**98) “O registro do imóvel é eficaz desde o momento em que se apresentar o título ao oficial de registro e este o prenotar no protocolo.” Essa afirmação é:**

- a) incorreta, pois somente por meio do registro é que a eficácia estaria garantida.
- b) correta, pois, embora a prenotação não exista em nosso direito, seus efeitos ainda persistem em alguns casos anteriores à reforma do Código Civil.
- c) correta, pois a prenotação é um ato público que garante a eficácia.
- d) incorreta, pois não existe a possibilidade de o oficial prenotar, pois esse ato é privativo da Junta Comercial.
- e) correta, pois a prenotação é autorizada pelo atual Código Civil, instituto esse que não existia no Código Civil de 1916.

**99) São excluídos da sucessão:**

- a) o herdeiro ou legatário autor de crime culposo contra a pessoa na sucessão dos bens de seu cônjuge.
- b) o herdeiro que acusar injuriosamente o autor da herança.
- c) o legatário que cometer crime doloso, tão somente.
- d) o legatário que acusar caluniosamente em juízo o autor da herança.
- e) o herdeiro que tenha recusado cumprir com a entrega do bem pertencente à partilha.

**100) Sobre a novação, assinale a correta.**

- a) Não pode ser disponibilizada por meio de cláusula contratual.
- b) Não gera decadência das novações anteriores.
- c) É classificada como meio de aquisição de obrigação originária.
- d) É prevista no Código Civil como causa extintiva da obrigação, porém é concebível que seja considerada como obrigação acessória da anterior.
- e) É possível que ocorra nos termos de confissão de dívida.